



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF COM EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 05/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1.786, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar de Nº 05/2024 de Autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Vitória da Conquista, das Autarquias e das Fundações Públicas municipais, e dá outras providências.

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com espeque na inteligência dos Art.46, II e Art. 74, incisos I e III, do mesmo diploma legal, *in verbis*:

“Art. 46. Compete, entretanto, privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

II – Criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

(...).”

Na mesma esteira, preceitua o Art. 74, incisos I e III da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 74. Compete Privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições:

(...)

I. iniciar o processo legislativo nas seguintes hipóteses:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, fixação e revisão de sua remuneração e reclassificação;
- b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;
- c) criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Subprefeituras e órgãos de Administração Pública e alteração das existentes, assim como elaboração das normas sobre o seu funcionamento;
- d) regime de concessão ou permissão de serviços públicos;
- e) Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, dívida pública e operações de crédito;
- f) contratação de empréstimo para o Município;
- g) criação de fundos destinados a auxílio no financiamento de serviços e/ou programas públicos.



Câmara Municipal
Vitória da Conquista
Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

(...)

III. sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

(...)."

Foram apresentadas por esta Ilustre Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – CLJRF emendas modificativas e supressivas, sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

Conforme supramencionada, as emendas que alteram o presente PLC, fazem as adequações necessárias à inteligência dos Artigos 13, 25, 58, 61 e 75, conforme elencado a seguir.

AS EMENDAS SUPRACITADAS, ALTERAM OS SEGUINTE TEXTOS:

(...)

Art. 13 - O caput, do art. 38, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 38 Os casos de remoção previstos no inciso I do art. 37 serão regulamentados por meio de Portaria expedida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Gestão e Inovação.” (NR).

(...)

Art. 22 - O § 2º, do art. 82, da Lei Complementar municipal nº .786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação: “§ 2º O servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) faltas injustificadas, no período aquisitivo; II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas injustificadas, no período aquisitivo;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas injustificadas, no período aquisitivo; IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas injustificadas, no período aquisitivo.” (NR).

(...)

Art. 25 - O § 3º, do art. 91, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação: “§ 3º No caso de natimorto, será observada, em todos os seus termos, a legislação previdenciária a que estiver vinculada o Poder Executivo Municipal.” (NR)



(...)

Art. 58 - Os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 153, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passam a vigor com as seguintes redações:
“§ 1º O prazo de prescrição inicia a partir da data em que o fato se tornar conhecido, oficialmente, pela autoridade competente para instaurar.

(...)

Art. 61 - O art. 154, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação: “Art. 154 É facultada à Administração Pública Municipal a celebração, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desde que atendidos os requisitos previstos nesta lei.

§ 1º O TAC consiste em procedimento administrativo voltado à resolução consensual de conflitos, como medida disciplinar alternativa à punição do servidor e visando à sua reeducação, e este, ao firmar o compromisso, espontaneamente, deve estar ciente dos deveres funcionais e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional, bem como a ajustar sua conduta.

§ 2º Considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo, a conduta punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, nos termos dos artigos 141 e 142 desta lei, ou com penalidade similar, prevista em lei ou regulamento interno.

§ 3º O Termo de Ajustamento de Conduta somente será celebrado quando:

I - inexistir dolo ou má-fé na conduta do servidor;

II - não tenha registro vigente de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais;

III - o servidor não tenha firmado TAC nos últimos 2 (dois) anos, contados desde a publicação do instrumento;

IV - o servidor se compromete a ressarcir eventual dano causado à Administração Pública Municipal. (suprimir)

§ 4º O compromisso prestado pelo servidor no TAC, em caso de ressarcimento de dano causado à Administração Pública Municipal, será comunicado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Gestão e Inovação, quanto ao disposto no artigo 48 desta lei”. (NR)

(...)



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Art. 75 - Ficam incluídos os arts. 175-A, 175-B, 175-C, 175-D, 175-E, 175-F, 175-G e 175-H à Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, com as seguintes redações:

“Art. 175-A As comunicações referentes aos processos correccionais podem ser efetuadas por meio de correio eletrônico institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Os recursos tecnológicos podem ser utilizados para a realização de qualquer ato de comunicação processual, inclusive:

- I - intimação e **citação(retirar)** para apresentação de informações preliminares, de defesa escrita e cumprimento de demais diligências;
- II - intimação de testemunha ou declarante;
- III - intimação de investigado ou acusado.

Art. 175-B O encaminhamento de comunicações processuais por meio de recursos tecnológicos pode ocorrer mediante mensagem para o endereço de correio eletrônico ou para o número de telefone móvel pessoal, seja funcional ou particular.

§ 1º As comunicações processuais direcionadas a entes privados podem ser encaminhadas para o endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel institucional.

§ 2º O interessado ou seu representante legal e o seu procurador constituído devem informar e manter atualizados o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel para os fins previstos no caput deste artigo, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações com a regular continuidade do procedimento.

§ 3º Quando não identificado endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel, funcional ou pessoal, devem ser utilizados os meios convencionais de comunicação dos atos processuais que assegurem a certeza de ciência da comunicação, nos termos dos incisos II e III, do art. 175 desta lei.

§ 4º O interessado ou seu representante legal e o seu procurador constituído devem indicar o nome completo, a profissão ou função pública exercida, o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel das testemunhas por ele indicadas.

Art. 175-C A comunicação feita com o interessado, com seu representante legal, procurador ou terceiro, por meio de correio eletrônico ou aplicativo de



mensagem instantânea, deve ocorrer na forma de mensagem escrita acompanhada de arquivo de imagem do ato administrativo.

§ 1º O arquivo deve estar preferencialmente em formato não editável.

§ 2º Tratando-se de comunicação com mais de uma página e que demande fragmentação em mais de um arquivo, as mídias devem ser devidamente identificadas, de modo a permitir sua leitura com observância da ordem cronológica da produção do documento original.

§ 3º Os anexos dos atos de comunicação poderão ser disponibilizados mediante indicação do endereço de acesso ou link ao documento armazenado em servidor online.

Art. 175-D Os aplicativos de mensagem instantânea utilizados para comunicações processuais devem possuir as seguintes funcionalidades:

I - envio de mensagem de texto; e,

II - envio de arquivos de imagem.

Art. 175-E Enviada a mensagem pelo correio eletrônico ou pelo aplicativo de mensagem instantânea, a confirmação do recebimento da comunicação se dará mediante:

I - a manifestação do destinatário;

II - a ciência ficta, quando encaminhada para o correio eletrônico ou número de telefone móvel informados ou confirmados pelo interessado;

III - o atendimento da finalidade da comunicação.

Parágrafo único. A contagem de prazos terá início no 1º (primeiro) dia útil que se seguir ao de qualquer das hipóteses constantes nos incisos do caput deste artigo.

Art. 175-F Em não ocorrendo alguma das hipóteses dos incisos do caput do artigo anterior no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o procedimento de comunicação deve ser cancelado e repetido pelos meios previstos no art. 175 desta lei.

Art. 175-G. A comunicação processual deve ser incorporada aos autos, mediante a juntada do extrato da mensagem de correio eletrônico ou de aplicativo de mensagem instantânea, em que conste o dia e o horário em que ocorreu a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário.

Parágrafo único. Em caso de ciência ficta, será lavrado termo nos quais constem o dia, o horário e o número de telefone ou correio eletrônico para o qual se enviou a comunicação.



Art. 175-H Poderão ser expedidos atos normativos regulamentares acerca desta matéria.”

OS TEXTOS SUPRA, RECEBERÃO AS SEGUINTE REDAÇÕES:

(...)

Art. 13 - O caput, do art. 38, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 38 Os casos de remoção previstos no inciso I do art. 37, em havendo vacância, será obrigatoriamente executada no prazo máximo de 3 anos”.

(...)

Art. 22 - Manter a redação do § 2º, do art. 82, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011.

(...)

Art. 25 - Manter a redação do § 3º, do art. 91, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011.

(...)

Art. 58 - Os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 153, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passam a vigor com as seguintes redações:

“§ 1º O prazo de prescrição inicia a partir da ocorrência do fato, para a autoridade competente para instaurar o procedimento.

(...)

Art. 61 - O art. 154, da Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigor com a seguinte redação: “Art. 154 É facultada à Administração Pública Municipal a celebração, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desde que atendidos os requisitos previstos nesta lei.



§ 1º O TAC consiste em procedimento administrativo voltado à resolução consensual de conflitos, como medida disciplinar alternativa à punição do servidor e visando à sua reeducação, e este, ao firmar o compromisso, espontaneamente, deve estar ciente dos deveres funcionais e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional, bem como a ajustar sua conduta.

§ 2º Considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo, a conduta punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, nos termos dos artigos 141 e 142 desta lei, ou com penalidade similar, prevista em lei ou regulamento interno.

§ 3º O Termo de Ajustamento de Conduta somente será celebrado quando:

I - inexistir dolo ou má-fé na conduta do servidor;

II - não tenha registro vigente de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais;

III - o servidor não tenha firmado TAC nos últimos 2 (dois) anos, contados desde a publicação do instrumento;

IV - (suprimir)

§ 4º O compromisso prestado pelo servidor no TAC, em caso de ressarcimento de dano causado à Administração Pública Municipal, será comunicado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Gestão e Inovação, quanto ao disposto no artigo 48 desta lei". (NR)

(...)

Art. 75 - Ficam incluídos os arts. 175-A, 175-B, 175-C, 175-D, 175-E, 175-F, 175-G e 175-H à Lei Complementar municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, com as seguintes redações:

"Art. 175-A As comunicações referentes aos processos correccionais podem ser efetuadas por meio de correio eletrônico institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

similares, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Os recursos tecnológicos podem ser utilizados para a realização de qualquer ato de comunicação processual, inclusive:

I - intimação para apresentação de informações preliminares, de defesa escrita e cumprimento de demais diligências;

II - intimação de testemunha ou declarante;

III - intimação de investigado ou acusado.

Art. 175-B O encaminhamento de comunicações processuais por meio de recursos tecnológicos pode ocorrer mediante mensagem para o endereço de correio eletrônico ou para o número de telefone móvel pessoal, seja funcional ou particular.

§ 1º As comunicações processuais direcionadas a entes privados podem ser encaminhadas para o endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel institucional.

§ 2º O interessado ou seu representante legal e o seu procurador constituído devem informar e manter atualizados o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel para os fins previstos no caput deste artigo, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações com a regular continuidade do procedimento.

§ 3º Quando não identificado endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel, funcional ou pessoal, devem ser utilizados os meios convencionais de comunicação dos atos processuais que assegurem a certeza de ciência da comunicação, nos termos dos incisos II e III, do art. 175 desta lei.

§ 4º O interessado ou seu representante legal e o seu procurador constituído devem indicar o nome completo, a profissão ou função pública exercida, o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel das testemunhas por ele indicadas.

Art. 175-C A comunicação feita com o interessado, com seu representante legal, procurador ou terceiro, por meio de correio



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

eletrônico ou aplicativo de mensagem instantânea, deve ocorrer na forma de mensagem escrita acompanhada de arquivo de imagem do ato administrativo.

§ 1º O arquivo deve estar preferencialmente em formato não editável.

§ 2º Tratando-se de comunicação com mais de uma página e que demande fragmentação em mais de um arquivo, as mídias devem ser devidamente identificadas, de modo a permitir sua leitura com observância da ordem cronológica da produção do documento original.

§ 3º Os anexos dos atos de comunicação poderão ser disponibilizados mediante indicação do endereço de acesso ou link ao documento armazenado em servidor online.

Art. 175-D Os aplicativos de mensagem instantânea utilizados para comunicações processuais devem possuir as seguintes funcionalidades:

I - envio de mensagem de texto; e,

II - envio de arquivos de imagem.

Art. 175-E Enviada a mensagem pelo correio eletrônico ou pelo aplicativo de mensagem instantânea, a confirmação do recebimento da comunicação se dará mediante:

I - a manifestação do destinatário;

II - a ciência ficta, quando encaminhada para o correio eletrônico ou número de telefone móvel informados ou confirmados pelo interessado;

III - o atendimento da finalidade da comunicação.

Parágrafo único. A contagem de prazos terá início no 1º (primeiro) dia útil que se seguir ao de qualquer das hipóteses constantes nos incisos do caput deste artigo.

Art. 175-F Em não ocorrendo alguma das hipóteses dos incisos do caput do artigo anterior no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o



Câmara Municipal
Vitória da Conquista
Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

procedimento de comunicação deve ser cancelado e repetido pelos meios previstos no art. 175 desta lei.

Art. 175-G. A comunicação processual deve ser incorporada aos autos, mediante a juntada do extrato da mensagem de correio eletrônico ou de aplicativo de mensagem instantânea, em que conste o dia e o horário em que ocorreu a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário.

Parágrafo único. Em caso de ciência ficta, será lavrado termo nos quais constem o dia, o horário e o número de telefone ou correio eletrônico para o qual se enviou a comunicação.

Art. 175-H Poderão ser expedidos atos normativos regulamentares acerca desta matéria.”

Foram apresentadas tempestivamente pelo Preclaro Parlamentar Alexandre Garcia Araújo (Xandó), as emendas modificativas de nº 01/2024 e 02/2024, sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

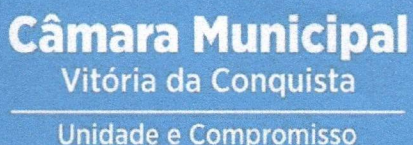
As emendas supracitadas receberam votos contrários por dois membros desta comissão, tendo uma abstenção, assim sendo, os textos destas deixam de integrar o presente parecer.

O Projeto de Lei em voga se justifica e faz acompanhar de mensagem destacando que o conteúdo da matéria apresentada fora formulado dentro dos limites legais da Lei Orçamentária.

VOTO

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, da Constituição Federal.

A referida matéria não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência



(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Destaca-se finalmente que o Projeto de Lei Ordinária do Executivo *sub examine* atende perfeitamente o quanto disposto nos artigos Art.46, IV, Art. 74, incisos I e III e 127, todos da Lei Orgânica do Município.

Do ponto de vista legal, respeitadas as competências e inovações constitucionais, o Projeto de Lei Ordinária do Executivo de Nº 01/2024, não apresenta nenhuma inconstitucionalidade.

Analisando-se a regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto que respaldadas na legislação municipal pertinente e decisões dos tribunais pátrios.

Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Complementar de nº 05/2024, não merece qualquer reparo.

PARECER

Levando-se em consideração a plena consonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, e a inexistência de óbices legais, bem como a boa técnica legislativa empregada, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar de nº 05/2024, com as adições, modificações e supressões oriundas das Emendas apresentadas pela CLJRF e elencadas supra.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 05 de abril de 2024.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF

Delegado Marcus Vinicius
Presidente

Valdemir Oliveira Dias
Membro

Fabiana Prado Santos
OAB 65.931
Secretaria

Edivaldo Santos Ferreira Júnior
Membro

Dr Alberto Barreto
OAB/SE 7752
Procurador Jurídico das Comissões